

**RESISTÊNCIA FEMININA E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA: O PAPEL DA  
MARCHA DAS MARGARIDAS NA DEFESA DOS TERRITÓRIOS  
CAMPONESES DO AGRESTE PARAIBANO**

Lélia Nogueira da Silva

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual  
da Paraíba

José Gomes Ferreira

Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal  
do Rio Grande do Norte  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual  
da Paraíba

Maria José da Silva Galdino Filha

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual  
da Paraíba

**1) Introdução**

As desigualdades de gênero em contexto rural, em particular no Nordeste, são historicamente marcantes. No sentido de inverter a invisibilidade das mulheres e a violência sofrida no campo, diversos movimentos surgiram no Brasil, consolidando-se com a aprovação da Constituição Federal de 1988. A partir de 2000, homenageando a trabalhadora rural Margarida Maria Alves, ocorre em Brasília a chamada Marcha das Margaridas, que em 2010 passa igualmente a fazer parte da pauta dos movimentos feministas da Paraíba, em particular do Agreste, através da Marcha pela vida das Mulheres e pela Agroecologia. Entretanto, a partir de 2015 registra-se uma ampliação das pautas, que até essa data focava essencialmente na violência de gênero, ganhando relevo

igualmente a agroecologia e a defesa de um novo modelo de desenvolvimento para o Nordeste, com destaque em referência à rejeição do modelo de inserção das energias renováveis nos territórios rurais.

As duas Marchas constituem um marco político e simbólico das lutas das mulheres do campo, das florestas e das águas no Brasil, articulando pautas que atravessam a justiça de gênero, da sustentabilidade e da soberania alimentar. Em suas reivindicações, o movimento reconhece que as mudanças climáticas afetam de forma desigual os territórios e os corpos, impondo maiores desafios às mulheres rurais, que dependem diretamente dos ciclos naturais para a reprodução da vida e da produção. Nesse contexto, a Marchas se consolidam também como um espaço de resistência e de construção de alternativas frente à crise climática, ao defender práticas agroecológicas, a gestão comunitária da água e a preservação dos bens comuns.

As transformações ambientais e climáticas têm afetado de forma crescente os modos de vida no campo, intensificando desigualdades e impactando especialmente as mulheres agricultoras familiares. No entanto, apesar de sua centralidade na produção de alimentos e na preservação dos saberes agroecológicos, elas continuam enfrentando invisibilidade política e limitações no acesso às decisões sobre o uso e a gestão dos recursos naturais. Diante desse cenário, emergiram os citados movimentos feministas rurais, que reivindicam não apenas igualdade de gênero, mas também justiça ambiental e sustentabilidade. As duas iniciativas configuram-se como espaço de contestação, de exigência de uma outra pauta agroecológica e, possuem também, um viés de educação popular, como também, se inserem nas pautas ecofeministas da América Latina (Sobreira; Cordão, 2024).

Por meio desse artigo, elaborado com base na técnica de pesquisa bibliográfica, documental e entrevista, será tratado a relação entre as mulheres, natureza e o modelo de desenvolvimento na construção de resiliência popular /dos campos no enfrentamento climático a partir das importantes colaborações proporcionadas pelos “ecofeminismos”.

O ecofeminismo constitui uma vertente teórica e um movimento social que analisa as interconexões e convergências entre o feminismo e o ambientalismo, suas

diferentes correntes formulam uma crítica ao modelo social, econômico e cultural dominante e propõem uma nova leitura da realidade e da ação política, ao conferir visibilidade e valor a práticas, saberes e sujeitos historicamente marginalizados pelo pensamento hegemônico, mas que são fundamentais para a manutenção da vida e para a sustentabilidade das relações humanas e ambientais (Herrero, 2013).

Sob a perspectiva de Emma Siliprandi (2000), o ecofeminismo constitui uma vertente de pensamento que, desde a década de 1970, orienta os movimentos ambientalistas e feministas ao estabelecer uma relação entre a dominação exercida sobre a natureza e a opressão vivenciada pelas mulheres. A autora destaca como um dos fundamentos do ecofeminismo a valorização das questões de interesse específico das mulheres e a necessidade de romper com a lógica de dominação sobre a natureza, entendendo que tal superação é condição essencial para a libertação feminina. Dessa forma o ecofeminismo não apenas denuncia as estruturas de dominação que oprimem mulheres e natureza, mas também propõe uma transformação ética e política das relações sociais e ambientais, orientada por valores de cuidado, interdependência e sustentabilidade.

O fortalecimento dos movimentos se dá ainda por virem acompanhados de textos escritos pelas mesmas mulheres que participaram das ações de protesto. Tal como afirma a autora, “não são textos sobre ecofeminismo, mas textos ecofeministas” (Hache, 2024, p. 390). Por sua vez, Flores e Trevizan (2015) identificam diversas tendências dentro desse mesmo ecofeminismo, destacando um ecofeminismo clássico, espiritualista e construtivista ou culturalista. Podendo-se ainda discutir o contributo do ecofeminismo para o desenvolvimento sustentável e a discussão sobre o papel das mulheres na inversão da degradação ambiental.

O movimento feminista vem lutando historicamente na defesa de direitos civis, políticos, econômicos e de igualdade de gênero. Nesse sentido, realizando manifestações coletivas da insatisfação e de protesto de diferentes grupos que demonstraram sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos das

teorias universais, ao formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento feminino (Oliveira; Vilaca; Correio, 2019).

## **2) Objetivo Geral e Específicos**

Nesse sentido, buscamos analisar como os movimentos Marcha das Margaridas e Marcha Regional pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia articulam práticas, discursos e estratégias de adaptação e resistência às transformações climáticas, evidenciando o protagonismo das mulheres rurais na construção de alternativas sustentáveis no Agreste Paraibano. Para o alcance do objetivo geral propomos os seguintes objetivos específicos:

- I. Compreender de que forma as pautas políticas e reivindicações desses movimentos incorporam as questões ambientais e climáticas no contexto da agricultura familiar e da agroecologia.
- II. Discutir as contribuições das marchas para a formulação de políticas públicas e o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos centrais nas estratégias de enfrentamento à crise ambiental.

## **3) Metodologia**

A presente pesquisa insere-se em um estudo mais amplo que analisa o papel das mulheres e dos movimentos feministas na defesa da agricultura familiar e nas estratégias de enfrentamento à crise ambiental no Agreste Paraibano. Adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, buscando compreender como as questões de gênero, sustentabilidade e justiça ecológica se entrelaçam nas práticas e nas pautas políticas das mulheres rurais.

O universo de análise abrange dois movimentos centrais da região: a Marcha das Margaridas, realizada nacionalmente a cada quatro anos, e o Movimento Regional da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, de periodicidade anual. Ambos se destacam por sua base comunitária e por promoverem formas de resistência política e

ecológica que articulam saberes locais e demandas por equidade de gênero e proteção dos territórios frente às transformações climáticas.

Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica e documental para a construção do referencial teórico, com foco nas relações entre gênero, agricultura familiar, agroecologia e os desafios ambientais contemporâneos. A coleta de dados empíricos incluiu a análise das pautas reivindicativas apresentadas pelos dois movimentos, a partir de relatórios institucionais, documentos de entidades e matérias veiculadas na mídia.

Além disso, foram realizados testemunhos e diálogos com lideranças e coordenações regionais das marchas, possibilitando reconstruir a cronologia de suas ações e compreender como suas práticas fortalecem o protagonismo feminino e contribuem para estratégias locais de adaptação aos impactos do clima.

A metodologia, portanto, busca revelar de que modo as experiências coletivas das mulheres rurais do Agreste Paraibano articulam resistência política, sustentabilidade e inovação social, desafiando estruturas patriarcais e propondo novos caminhos para o desenvolvimento rural diante da emergência ambiental.

#### **4) Resultados e Discussões**

Na mesorregião do Agreste, especialmente na microrregião do Brejo paraibano, o município de Alagoa Grande assume destaque por ser o berço simbólico da Marcha das Margaridas, movimento que ganhou projeção nacional e se realiza em Brasília, no mês de agosto, em memória da trabalhadora rural Margarida Maria Alves, assassinada por sua luta em defesa dos direitos das mulheres e dos trabalhadores do campo. Nos últimos anos, a Marcha tem ampliado suas pautas reivindicativas, incorporando não apenas a luta por melhores condições para a agricultura familiar e pela justiça de gênero, mas também a denúncia dos impactos socioambientais gerados pela expansão dos empreendimentos eólicos na região.

Esses projetos, embora associados ao discurso do “desenvolvimento sustentável”, têm provocado desestruturação das práticas tradicionais, conflitos pelo uso da terra e

alterações nos ecossistemas locais, afetando diretamente as formas de vida das mulheres agricultoras. Assim, a Marcha das Margaridas emerge como um espaço de resistência política e de crítica ao modelo de transição energética excludente, defendendo uma justiça climática que reconheça o papel das mulheres rurais na preservação ambiental e na construção de alternativas sustentáveis frente às transformações climáticas.

A Marcha regional é organizada pelo coletivo Agricultura Familiar e Agroecologia e pelo Polo da Borborema (AS-PTA), uma rede de 13 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais da região da Borborema, no Agreste da Paraíba. A Marcha acontece todos os anos em um dos 14 municípios do Polo e aborda a cada ano uma temática diferente, discutido nos diversos encontros preparatórios realizados nas comunidades rurais desde novembro do ano anterior à realização da marcha (Pessoa; Alves, 2020).

O Quadro 1 traz as pautas da Marcha das Margaridas, que desde 2000 tem reunido as mulheres brasileiras em Brasília, e a organização local da Marcha pela Vida das mulheres e pela Agroecologia, que desde 2010 tem sido em várias cidades da região da Borborema.

**Quadro 1.** Temas das edições das Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia e Marcha das Margaridas

<b>MARCHAS PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA</b>			<b>MARCHA DAS MARGARIDAS</b>		
Ano	Localidade	Tema	Ano	Localidade	Tema
2010	Remígio	Maior participação das mulheres do campo nas esferas produtivas e políticas e visibilizar as inúmeras formas de violência contra a mulher.	2000	Brasília	2000 Razões para marchar contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista



2011	Queimadas	Denunciar as desigualdades sociais e a violência contra mulher e lutar por direitos e por relações mais justas na agricultura familiar.			
2012	Esperança	Denunciar as desigualdades sociais e a violência contra mulher e lutar por direitos e por relações mais justas na agricultura familiar.	2003	Brasília	2003 Razões para marchar contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista
2013	Solânea	Luta por direitos e relações mais justas na agricultura familiar e pelo Fim da Violência Contra a Mulher.			
2014	Massaranduba	Acesso às políticas Públicas e luta contra a violência patrimonial.	2007	Brasília	2007 Razões para marchar contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista
2015	Lagoa Seca	Marchando por saúde, por qualidade de vida e por políticas públicas.			
2016	Areial	Luta pelo fim da violência contra a mulher			
2017	Alagoa Nova	Pelo fim da cultura de estupro e contra a reforma da previdência.			
2018	São Sebastião de Lagoa de Roça	Diversidade sexual e a divisão justa do trabalho doméstico.	2011	Brasília	2011 Razões para Marcha por: Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade
2019	Remígio	Racismo e a mulher negra, afirmação da identidade racial.			
2020	Esperança	Não a violência contra a mulher e visibilidade, papel e contribuição das camponesas na construção da agricultura familiar do território.	2015	Brasília	Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade
2021	Virtual	Sem cuidado não há vida.			

2022	Solânea	Mulheres em defesa do território: Borborema agroecológica não é lugar de parques eólicos.	2019	Brasília	Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência
2023	Montadas	Mulheres em defesa do território – Borborema Agroecológica não é lugar de parque eólico.			
2024	Areial	"Mulheres em defesa do território: Caatinga viva, floresta em pé".	2023	Brasília	Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver!
2025	Esperança	Mulheres em defesa da Borborema agroecológica: Nenhum passo a mais para dentro do nosso território.			

Fonte: organizado pelos autores a partir do testemunho das lideranças e fontes documentais (2025).

As Marchas das Margaridas e pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia emergem como expressões políticas e simbólicas das lutas das mulheres rurais no enfrentamento das desigualdades e da violência de gênero. Inicialmente articuladas para denunciar as múltiplas formas de violência contra a mulher e reivindicar visibilidade social e política, essas mobilizações transformaram-se em espaços de formação e empoderamento coletivo, onde a resistência feminina se converte em prática educativa e ação transformadora.

Gradualmente, essas pautas ampliaram-se e incorporaram uma dimensão ecofeminista, que relaciona as opressões de gênero e as formas de exploração da natureza, denunciando o modelo de desenvolvimento pautado no extrativismo e na desigualdade ambiental. Ao reivindicarem um novo paradigma de desenvolvimento, as marchas propõem práticas baseadas na justiça climática, na agroecologia e na valorização da agricultura familiar como alternativa ao avanço de projetos de energia renovável que, embora sustentados pelo discurso da sustentabilidade, têm gerado impactos socioambientais significativos.

Em particular, a 7ª edição da Marcha das Margaridas (2023), realizada em 2023, destacou a pauta “Proteção da Natureza com Justiça Ambiental e Climática”, reafirmando o compromisso do movimento com a defesa dos territórios e a equidade ambiental. As Margaridas reconhecem que a justiça climática deriva da justiça ambiental, pois ambas evidenciam os efeitos desproporcionais das mudanças climáticas sobre grupos historicamente vulnerabilizados, especialmente as mulheres e a população negra. Ao denunciarem projetos chamados de “verdes” ou “sustentáveis” como a instalação de grandes parques eólicos nos territórios da agricultura familiar do Nordeste, o movimento alerta para a reprodução de desigualdades sociais e ambientais (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).

As mulheres agricultoras, principais responsáveis pela produção de alimentos, pelo manejo da água e da energia nos espaços domésticos e comunitários, são diretamente afetadas pela crise climática e pelo acesso desigual a recursos naturais. Assim, ao marcharem pela justiça socioclimática, as Margaridas reafirmam seu protagonismo na defesa de um modelo de desenvolvimento que una sustentabilidade, equidade e soberania popular.

Nesse contexto, através da sua pauta e reportório sociopolítico a ação das mulheres rurais procura sensibilizar outras mulheres e em particular os responsáveis pela elaboração das políticas públicas de que é possível outra via de desenvolvimento, socialmente mais justo, mais inclusivo e que destaque a importância das mulheres e da produção local no enfrentamento climático. O coletivo não rejeita as energias renováveis, propõe outras formas de implementação menos intrusivas dos territórios de produção tradicional de alimentos, preservando práticas os modos de vida locais, promovendo a sustentabilidade e a justiça climática.

## **5) Referências**

FLORES, B. N.; TREVIZAN, S. P. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 11-34, 2015.

GOMES NAVARRA, Nathália. Ecofeminismos e a Marcha das Margaridas:: o trabalho e as reivindicações das mulheres rurais em destaque. **Revista Eletrônica Interações**

**Sociais**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 81–104, 2024. DOI: 10.63595/reis.v7i2.16295. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/16295>. Acesso em: 2 nov. 2025.

HACHE, E. Reivindicar o Ecofeminismo—prefácio. **Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales**, v. 12, n. 2, p. 386-426, [2016] 2024.

HERRERO, Y. Miradas ecofeministas para transitar a un mundo justo y sostenible. **Revista de Economía Crítica**, [S. l.], v. 2, n. 16, p. 278–307, 2021. Disponível em: <https://www.revistaeconomiacritica.org/index.php/rec/article/view/334>. Acesso em: 2 nov. 2025.

OLIVEIRA, M. R.; VILAÇA, A.; CORREIO, L. M. M. Agricultura Familiar: Reflexões Sobre Gênero. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, v. 9, n. 1, p. 52-76, jan-jun. 2019. DOI: 10.18227/2237-8057rarr.v9i1.5321. Disponível em: <https://revista.ufr.br/adminrr/article/view/5321/pdf> . Acesso em: 21 mar. 2025

PESSOA, J.; ALVES, C. Femicídio é tema da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia nesta quinta. **Brasil de Fato**, 10 de março de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/10/femicidio-e-tema-da-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-nesta-quinta/>. Acesso em 3 de mai. 2025.

SOBREIRA, D. N.; CORDÃO, M. P. S. Na intersecção de histórias femininas e sindicais no brejo paraibano. *Cultura e sociedade*. In SOUZA, A. C. B.; AZEVEDO

MARCHA DAS MARAGARIDAS. **Caderno 6 - Proteção da Natureza, com Justiça Ambiental e Climática**. 2023. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=Nzg=>. Acesso em: 01 out. 2025.

NETO, J. M.; PEREIRA, M. P. B. (org.). **História, cultura e sociedade**. Teorias e Metodologias de Pesquisa (PPGH – UFCG). Feminismo decolonial. Campina Grande: EDUCG, p. 86-98, 2024.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.1,n1, p. 61-71, jan./mar.2000. Disponível em: <https://www.emater.tche.br/site/multimedia/revista-agroecologica.php>. Acesso em: 02 nov. 2025.